

30 anos depois, o que significou a Constituição?

A Nova República se dissolve e, com ela, a Constituição, que não resolveu os problemas básicos da classe trabalhadora

pág. 4



Mala Direta Básica
9912405031/2016 - DR/SC
SIND SERV MUN JVE
Correios



Pode ser aberto pela ECT

- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

___ / ___ / ___

___ / ___ / ___

RESPONSÁVEL

NOVEMBRO DE 2018 | NÚMERO 57 | DISTRIBUIÇÃO

www.sinsej.org.br



Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

Sinsej repudia publicação contra professores

Tentando reavivar o projeto de Lei da Mordaza, deputada eleita incitou perseguição e assédio a trabalhadores da educação

pág. 3

NOTA DE REPÚDIO

Ministério Público se manifestou condenando atitude e orientando professores a denunciarem assédio

Participe do sorteio dos Chalés da Barra do Sul

Evento acontece dia 28 de novembro e vai sortear períodos de estada nos 13 chalés para a temporada de verão

pág. 3

TUDO PREPARADO PARA O CONGRESSO

Mais de 150 servidores eleitos para participar deste momento ímpar de discussão política

pág.3

Francine Hellmann



O Congresso é a maior instância de decisão do sindicato

EDITORIAL
ULRICH BEATHALTER

Defender nossos direitos!

Na primeira semana após as eleições, temos uma amostra do que esperar do novo governo eleito no Brasil. O provável Ministro da Economia, Paulo Guedes, banqueiro famoso por sua defesa da privatização total das empresas e serviços públicos, anuncia uma Reforma da Previdência pior do que a de Temer, venda de estatais e ataque aos direitos trabalhistas. Além disso, é preciso prestar atenção a outras questões importantes para o país.

A proposta de Paulo Guedes para a Previdência é o “modelo chileno”. O Chile foi o primeiro país latino a privatizar totalmente sua Previdência. O resultado é o altíssimo índice de suicídio entre os idosos, desesperados por não conseguirem se aposentar ou por não receber proventos suficientes para sobreviver. Em entrevista à BandNews, Guedes diz que ainda em janeiro inicia o processo dessa Reforma. Entretanto, antes disso já se tenta uma articulação com Temer para votar a Reforma que está no Congresso ainda esse ano – a fim de diminuir o desgaste do futuro governo já nos primeiros meses.

Com relação ao patrimônio público, o novo governo é defensor do “Estado mínimo”. Ele defende que a venda das estatais, dos serviços públicos e das riquezas naturais é o caminho para atrair os “investidores internacionais” e desenvolver a nação. Há uma lista contendo 50 estatais que seriam atacadas de imediato, entre elas Petrobrás, Banco do Brasil e Correios. Basta uma rápida pesquisa para verificar o que ocorre quando países dominados como o Brasil aplicam a privatização ao limite. A Argentina é um bom exemplo.

Guedes também cita a necessidade de ampliar o ataque a direitos trabalhistas. O que o vice-presidente eleito chama de jabuticaba (só tem no Brasil, referindo-se a direitos como 13º e férias), é visto pela nova equipe econômica como pesos que precisam ser tirados do ombro dos pobres empresários oprimidos pelos seus empregados.

Enquanto esse editorial é escrito, o Senado avalia proposta para endurecer ainda mais a Lei Antiterror, qualificando objetivamente manifestações públicas como terrorismo – ou seja, uma tentativa de criminalizar e prender como “terroristas” os líderes e participantes de movimentos sindicais e sociais.

Outros movimentos do novo governo sugerem a pressão que este sofre dos ruralistas, dos grandes capitalistas e banqueiros. A proposta de fusão do Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, por exemplo, provoca a subordinação das questões ambientais aos interesses agrícolas, ou seja, dos ruralistas do agronegócio.

Os trabalhadores e a juventude precisam se afastar do calor das “torcidas organizadas” que defendem com unhas e dentes (e poucos argumentos racionais) os seus políticos preferidos. O Sinsej vem explicando que as eleições não resolveriam nossa vida.

Independente da escolha eleitoral, todos são chamados a defender seus direitos. É hora de se filiar ao sindicato, eleger o representante nas unidades de trabalho, participar das assembleias, seminários, palestras. É hora de se organizar, estudar, compreender e se preparar para defender o serviço público, nossa aposentadoria e o direito a uma vida digna para todos.

Kályta Morgana de Lima



Todos estão chamados a defender seus direitos

CHARGE - LATUFF



CURTAS

Envie pautas para jornalismo@sinsej.org.br

Sindicato somos todos nós

Cresce em todo o país o ataque aos direitos trabalhistas e é urgente organizar a resistência dos trabalhadores. Um sindicato tem esse papel. O Sinsej tem construído uma jornada de lutas em defesa dos trabalhadores, seja na formação da consciência política, na organização da categoria ou na realização de inúmeras mobilizações. Esta responsabilidade e desafios chamam todos os servidores a se filiarem ao Sinsej para garantir a autonomia financeira e a independência política da entidade frente aos governos e patões.

Junte-se a nós! Filie-se!

Calendário Escolar 2019

Todos os servidores da Educação de Joinville estão chamados a participar da reunião que discutirá o Calendário Escolar 2019. A atividade será no dia 13 de novembro, às 19 horas, no sindicato. Participe!

Esclarecimento sobre férias

A secretária de Gestão de Pessoas de Joinville, Francieli Schultz, esclareceu em reunião com o Sinsej (em 19/10), que



as férias dos servidores municipais continuam sendo agendadas normalmente. A impossibilidade encontra-se apenas em novos pedidos de gozo ainda em 2018. Em caso de dúvidas, o servidor deve entrar em contato com o sindicato.

IMAGEM DO MÊS



Caravana de imigrantes

Milhares de pessoas tomam as estradas da América Central na caravana de imigrantes que saiu de Honduras em 13 de outubro rumo aos Estados Unidos. O que começou com 150 pessoas, chegava a 7 mil quando a caravana entrou no México. Eles fogem da violência, fome e miséria de seus países de origem.

O presidente dos EUA, Donald Trump, deslocou mais de 5 mil soldados para impedir os imigrantes de entrarem no país. Nada é de se duvidar vindo de quem prende crianças na fronteira e as separa de seus pais.

Cuidar dessas pessoas é o mínimo que o governo norte americano deveria fazer após décadas na liderança de um sistema imperialista, que suga e explora a maior parte do mundo.

Contra perseguição aos professores

Repúdio à publicação da deputada recém-eleita do PSL que defende a Escola Sem Partido

No dia 28 de outubro, a recém-eleita deputada estadual em Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo (PSL) fez uma publicação em suas redes sociais incitando a perseguição aos professores de todo o estado. Ela orienta os estudantes a gravarem as aulas e enviarem denúncias anônimas de professores “doutrinadores” com discursos “político-partidários ou ideológicos”.

O posicionamento de Ana Caroline é uma tentativa de perseguir, coagir e assediar professores no livre exercício de suas atribuições. O que a deputada eleita pretende é impor uma mordada sobre profissionais e alunos. Esse discurso, oriundo da ONG Escola sem Partido, prejudica o livre debate e ensino do conhecimento acumulado pela humanidade.

Posição do MPF

Em 29 de outubro, o Ministério Público Federal (MPF) divulgou a recomendação condenando a atitude da deputada e orientando os professores que forem coagidos a denunciarem junto ao Ministério. Conforme a procuradoria da república de Chapecó, “... o próprio projeto que se intitula ‘Escola sem partido’ configura claramente mais uma concepção ideológica, também constitui um ‘credo em luta’, pois pretende restringir o ensino e a aprendizagem a um conjunto de temas e conteúdos e segundo uma específica concepção pedagógica que crê serem os únicos adequados a se trabalhar em sala de aula, não podendo, portanto, como quaisquer outras, pugnar ao Estado sua exclusividade em nosso sistema educacional”.

O Sinsej repudia a atitude de Ana Caroline e declara seu apoio



Aline Seitenfus

Projeto que queria calar os professores em Joinville foi arquivado na Câmara de Vereadores

a todos os professores. Se algum profissional sofrer qualquer tipo de perseguição ou assédio deve procurar a direção da entidade sindical para que sua denúncia

seja encaminhada ao MPF.

Além disso, é importante lembrar que Joinville já demonstrou a capacidade de luta ao derrubar, em 2016, o projeto da Escola sem

Partido. Os trabalhadores e a juventude devem retomar os métodos operários para enfrentar ataques e retrocessos às conquistas históricas da classe.



Prefeitura de Joinville

Acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) é referência nacional e internacional

Servidores garantem verbas para Museu

JOINVILLE - Em 16 de outubro, o Museu Arqueológico de Sambaqui abriu ao público uma nova exposição na área externa do museu. Essa exposição oferece informações sobre a evolução humana, seus processos migratórios e deslocamentos durante a pré-história com especial destaque para a cultura sambaquiiana. A mostra conta com réplicas de crânios de *Australopithecus africanus*, *Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo ergaster*, *Homo neanderthal*, *Homo sapiens arcaico*, sepultamento sambaquiiano, entre outros recursos visuais.

O Museu Sambaqui se destaca pela formação técnica da sua equipe de pesquisadores nas áreas de arqueologia, educação, história,

biologia, entre outras. É importante registrar que se não fosse a formação desses profissionais, a maior parte dos recursos que entram na instituição não teriam sido captados. É o caso desse projeto, que foi um dos vencedores do Prêmio Elisabete Anderle da Fundação Catarinense de Cultura/2017.

Hoje, essa é a realidade das unidades de cultura da cidade, que graças ao trabalho dos servidores conseguem qualificar os espaços públicos tornando-os atrativos não só para os joinvilenses, mas para visitantes do Brasil e do mundo. O Sinsej parabeniza esses trabalhadores e luta por um plano de carreira que valorize e reconheça o empenho de todos os servidores.

Sorteio dos Chalés da Barra do Sul

JOINVILLE - No dia 28 de novembro, às 19 horas, na Quadra A da Associação dos Servidores Públicos de Joinville (ASPMJ) acontece o sorteio dos chalés do Sinsej. Localizados em Balneário Barra do Sul, o sindicato dispõe de 13 habitações para a categoria. As inscrições vão de 1º a 27 de novembro e podem ser feitas nas sedes do sindicato – em Joinville, Garuva e Itapoá – ou pelo telefone (47) 3433 6966.

Podem participar todos os associados ao Sinsej.

É permitida uma inscrição por matrícula e o sócio ou seu representante deve estar presente no sorteio. O cadastro da data sorteada será feito mediante apresentação da carteirinha de filiado, holerite, documento de identidade ou crachá funcional. As reservas não confirmadas serão distribuídas na lista de espera remanescente do sorteio.

Cada chalé comporta até seis pessoas. A diária é de R\$ 20 por pessoa. Menores de 12 anos não pagam. Os períodos sorteados serão entre os dias 24 de dezembro deste ano e 10 de março de 2019.

Confirmação de reserva e pagamento

Estadas em dezembro: até 10/12
Estadas em janeiro: até 18/12
Estadas em fevereiro: até 10/1
Estadas em março: até 8/2

Prepare-se para o 2º Congresso do Sinsej

JOINVILLE - Mais de 150 servidores municipais das cidades representadas pelo sindicato foram eleitos como delegados para participar do 2º Congresso do Sinsej, que acontece entre os dias 22 e 24 de novembro de 2018.

Esta é a maior instância de discussão do sindicato, cuja realização é obrigatória no último ano de mandato de cada gestão.

A atividade acontecerá no Hotel Tannenhof e decidirá a linha política que deve ser adotada pela entidade nos próximos três anos. Para isso, os delegados escolherão uma das teses inscritas por corren-

tes políticas organizadas na base da categoria como guia, discutirão e farão emendas. O Congresso é um momento ímpar de discussão política, que também define um plano de lutas da categoria.

Este ano, duas teses foram protocoladas: “Unir, Organizar e Lutar – Resistir aos ataques e avançar nas conquistas” e “Servidor em luta – por um Sinsej forte”.

Ambos os textos estão disponíveis no site do Sinsej e podem ser assinados por mais trabalhadores. Desde já, os servidores devem ler e discutir as teses nos locais de trabalho, com seus delegados.

Programação do Congresso

22/11

19 horas – mesa de abertura, regimento e apresentação das teses inscritas.

23/11

8 horas – grupos de trabalho: conjuntura, balanço da gestão, organização sindical e plano de lutas.

14 horas – Palestra sobre o aumento da opressão aos trabalhadores e a necessidade de construir uma organização mundial de combate por um mundo mais justo e igualitário, com Serge Goulart.

24/11

8 horas – Plenária e mesa de encerramento.



30 anos da Constituição de 88

A regulamentação de vários dispositivos sequer foi cogitada, como a proteção ao emprego e a jornada de 40 horas

Luiz Gustavo Rupp

Há 30 anos era promulgada a atual Constituição Federal. Ela foi saudada pelos mentores da “Nova República”, como a constituição cidadã, o documento que encerraria o período de transição, colocando o Brasil definitivamente no caminho da democracia.

A ditadura de 21 anos se encerra com um pacto entre as elites. O povo exigia eleições diretas para presidente, mas a proposta foi derrotada, sendo que o primeiro presidente civil é eleito por um colégio eleitoral.

Através de uma Emenda Constitucional é convocada a Assembleia Nacional Constituinte, que teria a incumbência de elaborar uma nova Constituição, concluindo assim a chamada “transição democrática”. A constituinte não foi exclusiva. A Assembleia Nacional nada mais era do que a composição dos deputados federais e senadores eleitos nas eleições gerais de 1986.

O fim da ditadura militar no Brasil não foi acompanhado de qualquer responsabilização dos agentes do Estado que praticaram crimes comuns. O art. 142 da Constituição estabelece que “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de

qualquer destes, da lei e da ordem”. Normalmente o papel das Forças Armadas é restrito à defesa nacional, mas o dispositivo permite sua atuação para garantir a própria Constituição e a defesa da lei e da ordem.

A constituição não resolveu os grandes problemas da classe trabalhadora [...]

LUIZ GUSTAVO RUPPP
Advogado do Sinsej

A partir daí, chega-se a cogitar a possibilidade de intervenção militar diante da crise política do país, argumento semelhante ao utilizado durante do golpe de Estado de 1964. Por esta via, mantém-se a tutela política por parte dos militares.

Além de direitos individuais, fundamentais para garantir as liberdades democráticas, a Constituição elenca uma série de direitos sociais, tais como saúde, educação, moradia, transporte, lazer etc. Também define boa parte dos direitos trabalhistas como fundamentais. A grande lista de direitos leva os mais ingênuos a acreditarem que a efetividade da Constituição elevaria o padrão de vida dos trabalhadores do país.

“De boas intenções o inferno está cheio”. A velha expressão se aplica muito bem à Constituição. A regulamentação de certos dispositivos dela, sequer foi cogitada. Um exemplo é a proteção do emprego, ao proibir os patrões de demitirem os trabalhadores sem justa causa (art. 7º, I). Outro é o valor do salário mínimo. De acordo com o Dieese, o salário mínimo que atenderia os pressupostos constitucionais, no mês de setembro de 2018 deveria estar na ordem de R\$ 3.658,39, muito além dos R\$ 954 em vigor.

Outro ponto que merece destaque é que uma das principais reivindicações da classe trabalhadora também não foi atendida: a jornada de trabalho de 40 horas. A Constituinte fixou a jornada em 44 horas semanais.

Além disso, a suposta proteção dos direitos sociais não impediu o ultrarreacionário Congresso Nacional de aprovar em 2017 a contrarreforma trabalhista, que suprimiu direitos históricos dos trabalhadores. Ou seja, foi sob a égide da mais “democrática e social” Constituição que se realizou o maior retrocesso em termos de direitos sociais da história da república.

Após 30 anos de sua promulgação a Nova República se dissolve e com ela a própria Constituição. A constituição não resolveu os grandes problemas da classe trabalhadora, pois, sequer implementou os direitos sociais nela contidos e, hoje, as próprias liberdades democráticas estão ameaçadas.

*Luiz Gustavo é advogado e trabalha para o Sinsej



www.sinsej.org.br
sinsej@sinsej.org.br
Facebook: Sinsej

DIREÇÃO

Ulrich Beathalter
Presidente
Mara Lúcia Tavares
Secretária Geral
Flávia Antunes
Tesoureira

Josiano Godoi
Secretário de Comunicação
João Batista Verardo
Secretário de Assuntos Jurídicos
Marcio Avelino do Nascimento
Secretário de Formação Sindical
Antonio Félix Mafra
Secretário de Patrimônio

Edson Luiz Tavares
Diretor Sindical
Ninon da Rosa Peres
Diretora Sindical
Deise Regina Pereira de Lima
Diretora Sindical

ELABORAÇÃO

Francine Hellmann
Jornalista - MTB 4946/SC
Aline Seitenfus
Jornalista - MTB 6342/SC
Kályta Morgana de Lima